

NOTAS HISTÓRICAS Y GEOGRÁFICAS

Artículos

**A COLONIZAÇÃO GAÚCHA NO VALE DO ARAGUAIA: DISCURSOS DE
MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA EM BARRA DO GARÇAS – MATO GROSSO**

THE GAÚCHO COLONIZATION IN THE ARAGUAIA VALLEY: SPEECHES ON
AGRICULTURAL MODERNIZATION ON THE MUNICIPALITY OF BARRA DO
GARÇAS, STATE OF MATO GROSSO, BRAZIL

Bruna Alves da Silva

Universidade Estadual de Goiás, Brasil.
brunalvesilva1@gmail.com
<https://orcid.org/0000-0003-4647-604X>

Cassiano de Brito Rocha

Universidade Estadual de Goiás, Brasil.
cassianobritoroch@gmail.com
<https://orcid.org/0000-0001-5880-5387>

Maria de Fátima Oliveira

Universidade Estadual de Goiás, Brasil.
proffatima@hotmail.com
<http://orcid.org/0000-0002-9519-8093>

Sandro Dutra e Silva

Universidade Estadual de Goiás, Brasil
Universidade Evangélica de Goiás, Brasil.
sandrodutr@hotmail.com
<https://orcid.org/0000-0002-0001-5726>

Recibido el 20 de agosto de 2021

Aceptado el 31 de octubre de 2021

Resumo

A história da ocupação do Cerrado brasileiro, bem como os processos de modernização agrícola tem encontrado respaldo nas políticas de desenvolvimento agrônomo, sobretudo relacionado com a criação da Embrapa na década de 1970. No entanto, um outro fenômeno histórico são as migrações de agricultores do sul do Brasil, geralmente denominados de “gaúchos”, para as áreas do Brasil Central, como Goiás e Mato Grosso. Esse artigo procurou analisar a ocupação da região do Vale do Araguaia em Mato Grosso, com ênfase no município de Barra do Garças, a partir do fenômeno da migração gaúcha. Para tanto, utilizamos como metodologia a análise de relatos memorialistas e outras fontes documentais como periódicos, atas, decretos, dentre outros, que nos auxiliassem na compreensão do fenômeno da migração sulina para o Brasil Central e os elementos simbólicos a eles associados. O estudo também procurou em fontes secundárias analisar esse fenômeno a partir das particularidades locais da região mato-grossense do Vale do Araguaia.

Palabras Clave: Colonização, Vale do Araguaia, Fronteira Agrícola, Cerrado.

Abstract

The history of occupation of the Brazilian Cerrado, as well as the processes of agricultural modernization, has found support in agronomic development policies, especially related to the creation of Embrapa in the 1970s. However, another historical phenomenon is the migration of farmers from southern Brazil, generally called the “gaúchos”. In the 1970s the gaúchos migrated to the Cerrado's agricultural areas of Central Brazil, such as the states of Goiás and Mato Grosso. This article sought to analyze the occupation of the Vale do Araguaia region in Mato Grosso, with emphasis on the municipality of Barra do Garças, based on the phenomenon of migration from the state of southern Brazil. For this purpose, we used as a methodology the analysis of memorialist reports and other archival sources such as newspapers, minutes, decrees, among others, which would help us to understand the phenomenon of southern migration to Central Brazil and the symbolic elements associated with them. The study also researched secondary sources to analyze this phenomenon from the local particularities of the Mato Grosso do Vale do Araguaia region.

Keywords: Colonization, Vale do Araguaia, Agricultural Frontier, Cerrado biome.

Para citar este artículo:

Silva, Bruna Alves da; Rocha, Cassiano de Brito; Oliveira, Maria de Fátima y Dutra e Silva, Sandro. A colonização gaúcha no Vale do Araguaia: Discursos de modernização da agricultura em Barra do Garças – Mato Grosso. Revista Notas Históricas y Geográficas, número, 28 Enero – Junio, 2022: pp. 197 – 222.

1. INTRODUÇÃO

O hino da cidade mato-grossense de Barra do Garças exalta as belezas naturais da região, por meio de versos como “Terra fértil sobre os pés, Cidade da lua e do sol. Das praias de areia branca. Das águas limpas da serra. Barra boa, garça branca”¹. A garça-branca (*Ardea alba*, sinônimo *Casmerodius albus*), é uma ave da ordem Pelecaniformes e da família *Ardeidae*, e que se caracteriza como sendo uma ave migratória com ocorrência em grande parte do território brasileiro². É uma ave muito característica dos rios do Brasil Central, e que dá nome ao rio Garça, afluente do Araguaia e influenciou na denominação de duas cidades vizinhas, na região limítrofe entre os estados de Goiás e Mato Grosso, no Brasil Central. Do lado goiano está localizada a cidade de Aragarças, e do lado mato-grossense a cidade de Barra do Garças. Essa região de fronteira agrícola, já foi no passado uma importante área de mineração, que ocupou as margens dos rios Garças e Araguaia. A paisagem natural do Estado de Mato Grosso, mais especificamente a região do Vale do Araguaia, teve sua dinâmica econômica e populacional orientada pela exploração dos recursos naturais abundantes na região.

A região do Vale do Araguaia, atualmente experimenta um grande processo de modernização da sua infraestrutura viária, com a construção e recuperação de pontes, rodovias e ferrovias, sobretudo para o escoamento da produção de grãos e commodities, tanto em Mato Grosso quanto em Goiás. Essa região promissora teve uma história marcada para relação conflituosa entre colonizadores e indígenas, mas que a partir do processo de expansão agrícola promovida pelo governo federal na primeira metade do século XX, experimentou a expansão da fronteira agrícola e demográfica na região.

O programa de migração e colonização do interior brasileiro promovido pelo governo do presidente Getúlio Vargas (1930-1945) privilegiou a conquista de áreas interioranas do país, consideradas como “espaços vazios”, por conta da pouca densidade populacional e da necessidade de integração territorial a partir do discurso da nacionalidade³. Para integrar e povoar esses “vazios” territoriais foi criado, a partir do clássico discurso de Getúlio Vargas em 31 de dezembro de 1937, o programa “Marcha para o Oeste”, que pode ser resumido aqui como um “programa do governo federal para migração e colonização do Oeste brasileiro, com políticas de doação de terras, pacificação indígena, implementação de colônias agrícolas nacionais, entre outras medidas”.⁴

No caso específico da região do Vale do Araguaia, importante considerar que as políticas de reconhecimento territorial do Mato Grosso e de pacificação indígena tiveram destaque com a

¹ Chaves Eudes Roberto de Arruda, “Hino da Cidade de Barra de Garças. Eu Amo Barra”, <https://www.barradogarcas.mt.leg.br/leis/decretos/decretos-1993/decreto-1-554-1-993.pdf>

² Hemult Sick, *Ornitologia Brasileira* (Editora Nova Fronteira, Rio de Janeiro, 1997).

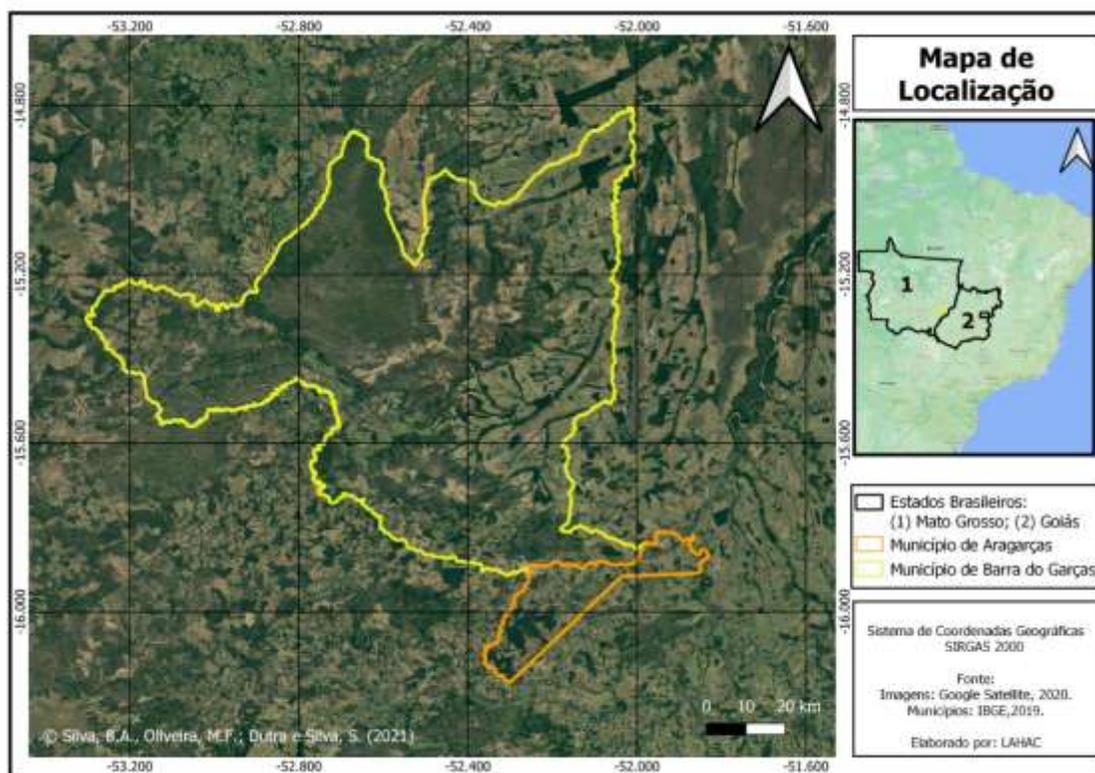
³ Alcir Lenharo, *Sacralização da política* (Campinas: Papirus, 1986); Sandro Dutra e Silva. *No Oeste a terra e o céu: a expansão da fronteira agrícola no Brasil Central* (Rio de Janeiro: Mauad X, 2017)

⁴ Sandro Dutra e Silva, *No Oeste a terra e o céu: a expansão da fronteira agrícola no Brasil, Central* (Mauad, 2017) p.55.

Expedição Roncador/Xingu⁵ e a Fundação Brasil Central. Em especial a Fundação Brasil Central, que se estabeleceu na região e que foi exaltada pelos discursos governamentais como ações cívicas de conquista do *hinterland*. Também a ocupação dessa região era fundamental para a ocupação da Amazônia durante o projeto da Marcha para o Oeste⁶.

Assim, essa região de fronteira abrigou dois núcleos urbanos, que tiveram histórias semelhantes e formas de distinção entre si⁷. Localizadas no Vale do Araguaia, na divisão entre os estados de Mato Grosso e Goiás (mapa 1), essa região tem um contexto histórico associados a diferentes dinâmicas da ocupação de fronteiras⁸. Ambas experimentaram momentos históricos relacionados à fronteira de apresamento indígena, fronteira da mineração, e atualmente essas localidades têm se destacado na produção agropecuária.

Mapa 1. Localização do município de Barra do Garças.



⁵ Orlando Villas-Bôas y Claudio Villas-Bôas, A marcha para o oeste: a epopeia da expedição Roncador-Xingu (São Paulo, Companhia das Letras, 2012).

⁶ Sandro Dutra e Silva, No Oeste a terra e o céu: a expansão da fronteira agrícola no Brasil Central (Mauad, 2017) p.55

⁷ Bruna Alves da Silva y Maria de Fátima Oliveira. “Ser (Tão) Imaginado: História e Natureza na Ocupação da Região de Aragarças (GO)/Barra do Garças (MT)”, *Historia Ambiental Latinoamericana Y Caribeña (HALAC) Revista De La Solcha*, v. 8 n. 2 (2018): 73-90; Maria de Fátima Oliveira y Bruna Alves da Silva, “As disputas simbólicas entre Aragarças (GO) e Barra do Garças (MT) no contexto da Marcha para o Oeste”, *Revista de História Regional*, v. 25 n. 1 (2020): 166-186

⁸ Alistair Hennessy, *The Frontier in Latin American History* (Albuquerque: University of New Mexico Press, 1978).

Entre as décadas de 1950 e 1960, as políticas desenvolvimentistas procuravam dar fim à situação de isolamento da região. E a região se beneficiou da construção de Brasília e dos avanços na infraestrutura rodoviária no Brasil Central, que foram incentivadas pela planificação econômica, sobretudo pelo Plano de Metas do governo do presidente Juscelino Kubitschek (1956-1961). E entre as décadas de 1960 a 1970 a região do Vale do Araguaia recebeu vários incentivos do governo federal para os projetos de colonização da Amazônia Legal, associada a expansão da agricultura no Cerrado⁹. A partir da década de 1970, a imprensa mato-grossense passou a destacar o papel de Barra do Garças para a colonização “gaúcha” (como eram geralmente denominados os sulistas) associada a processos de modernização agrícola em Mato Grosso. Estando localizada no marco inicial da Amazônia Legal – o paralelo 16° – e possuindo uma extensão territorial de 121.936 km², tornou-se um ponto de referência para as políticas governamentais que buscavam incentivar a migração sulista para a região. Além da participação governamental, a região no Vale do Araguaia mato-grossense também recebeu investimentos particulares relacionados uma significativa migração de agricultores do sul do Brasil, interessados nas terras férteis e baratas da região. Dentre os principais temas abordados destacavam-se os fomentos e incentivos fiscais concedidos pela Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) para projetos agropecuários que seriam instalados no Vale do Araguaia.

Importante considerar que o município de Barra do Garças, mesmo estando localizado na faixa da Amazônia Legal, sua área territorial encontra-se inserida na área core do Cerrado. E, portanto, além de ser um ponto de partida para a colonização agrícola no estado do Mato Grosso, a sua principal característica em termos de desenvolvimento econômico está associada à expansão agrícola no bioma Cerrado, apresentando os mesmos desafios de ocupação agrária e desenvolvimento agrônomo¹⁰.

Os estudos que analisam a expansão demográfica na região do Vale do Araguaia reforçam que entre as décadas de 1950 a 1980 ocorreu um boom imobiliário na região. E dentre o avanço migratório e expansão demográfica e agrícola na região destacamos o papel histórico da migração de origem sulista na região, que também será significativa em todo estado de Mato Grosso. E, portanto, o que nos chama atenção e que é o ponto de partida para os argumentos desse artigo, é a intensa propaganda que encorajava a migração dos sulistas para a região. Destacamos, por exemplo, o jornal *O Correio Riograndense*, pela significativa propaganda divulgada por empresas/fazendas colonizadoras, como a Fazenda Cajueiro, que vendia glebas de 120 hectares, com “anos de prazo e amplas facilidades”¹¹. As matérias também procuravam evidenciar a atuação

⁹ Sarah Tavares Corrêa Cunha. “No Vale do Araguaia Mato-grossense: uma análise do mercado imobiliário em Barra do Garças no período de 1950-1975”. (Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Economia, Unesp, Araraquara, 2006).

¹⁰ Sandro Dutra e Silva, “Challenging the Environmental History of the Cerrado: Science, Biodiversity and Politics on the Brazilian Agricultural Frontier”. *Historia Ambiental Latinoamericana Y Caribeña (HALAC)* v. 10, n. 1, (2020): 82-116. <https://doi.org/10.32991/2237-2717.2020v10i1.p82-116>

¹¹ Quando pesquisado o verbete “Barra do Garças” no Jornal *O Correio Riograndense*, identificamos 117 verbetes, sendo que 116 eram propagandas relacionadas à facilitação à venda de terrenos com financiamento e recursos subsidiados pela SUDAM

da SUDAM na promoção desses empreendimentos. Desse modo, o artigo tem por objetivo identificar os principais discursos em favor da colonização sulista em Mato Grosso, a partir de fontes documentais com base em periódicos jornalísticos. Nossa intenção é entender os efeitos dessa nova onda migratória e os elementos associados aos discursos pioneiros de modernização agrícola no Cerrado, e os elementos qualitativos associados à migração “gaúcha” e seus efeitos culturais em Barra do Garças.

2. A BARRA DO GARÇAS NO VALE DO ARAGUAIA

A região do Vale do Araguaia já era conhecida por bandeirantes desde o século XVII, quando as bandeiras paulistas navegavam o rio levando apresados indígenas bororo e xavantes para o litoral. O Arraial de Araés foi o primeiro povoamento na região, fundado pelo bandeirante Amaro Leite Moreira, por volta de 1752. No início do século XVIII essa região permaneceu econômica e demograficamente estagnada, muito em função do esgotamento das atividades de mineração. Mas no final deste mesmo século a região sofreu um novo impulso, com a descoberta de minas de diamantes na região do rio¹².

No século XIX essa região recebia tentativas de ampliar a navegação no rio Araguaia, favorecido também pela guerra do Paraguai (1864-1870), e por projetos de navegação incentivados pelo presidente da Província, Couto de Magalhães, que vislumbrava a ligação entre as bacias hidrográficas do Prata e Tocantins. Essa região também abrigou presídios e postos de registros. A região na foz do rio Garças também ficou conhecida como Barra Cuiabana (Barra do Garças), e na outra margem do rio estava a Barra Goiana, hoje Aragarças. O início do fluxo migratório para a região dos rios Garças e Araguaia iniciou-se no século XIX, associado à instalação da Colônia Agrícola e Militar para a catequese indígena na região do rio Araguaia. Essa colônia representava o esforço conjunto dos presidentes das províncias de Mato Grosso e de Goiás, que objetivavam proporcionar uma maior segurança para a região e incentivar a ocupação demográfica do território¹³. Os relatos históricos de Mato Grosso tendem a destacar as formações citadinas oriundas da exploração diamantífera e as inúmeras dificuldades encontradas pelos colonizadores no intuito de imprimirem a ordem civilizatória em território inóspito e “infestado por índios bravios”¹⁴. A fundação do povoado de Barra Cuiabana está associada à atividade de mineração que ocorria nas margens dos rios da região. De acordo com os relatos memorialistas, o povoamento teve início em 1924, com a chegada de Antônio Cristino Côrtes e Francisco Dourado, acompanhado de suas famílias e outros garimpeiros¹⁵.

¹² João Carlos Vicente Ferreira, *Mato Grosso e seus municípios*, (Cuiabá: Editora Buriti, 2001); Paulo Bertran, *Uma introdução à história econômica do Centro-Oeste do Brasil* (Goiânia: CODEPLAN, UCG, 1988); Basileu Toledo França, *O triângulo dos diamantes: a região do rio das Garças e a luta armada de Morbeck e Carvalhinho em 1925* (Goiânia: Editora UFG, 1994).

¹³ Valdon Varjão, *Barra do Garças: migalhas de sua história*, (Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1985).

¹⁴ Regina Beatriz Guimarães Neto, *Cidades de mineração: memória e práticas culturais: Mato Grosso na primeira metade do século XX* (Cuiabá: Carline & Caniato: Ed. UFMT, 2006)

¹⁵ Valdon Varjão, *Barra do Garças: migalhas de sua história* (Centro Gráfico do Senado Federal, 1985); Zélia dos Santos Diniz, *Município de Aragarças*, (Cuiabá, Alvcaco, 2016). Zélia dos Santos Diniz, *Conhecendo Barra do Garças*. (Goiânia: Kelps, 1995).

Essas narrativas, carregadas de um conteúdo e exaltação aos pioneiros, destacam os fundadores, Antônio Cristino Côrtes, como desbravadores destemidos e laboriosos em enfrentar os desafios naturais da sua empreitada. Segundo os memorialistas, esse pioneiro atuava como professor primário da cidade de Santa Maria do Araguaia no norte goiano (hoje estado do Tocantins), quando empreendeu uma excursão ao Rio das Mortes, a convite de dois aventureiros pernambucanos, Antônio Matias e Camerindo Matias. O que atrai esses pioneiros era a notícia de que essa região abundava a espécie mangabeiras (*Hancornia Speciosa*), uma árvore da família *Apocynaceae*, no qual se extraía o látex, produto de grande valor econômico na época¹⁶.

Em 1916, Antônio Cristino Côrtes inicia grande amizade com o engenheiro agrônomo José Morbeck, líder dos garimpos de toda a região Leste de Mato Grosso, homem de muita influência política e notável poder nas zonas garimpeiras. Cristino Côrtes, nos anos de 1924-1925 passa então a dedicar-se à garimpagem no rio Garças, obtendo grande sucesso. Espalhada a notícia, pode dizer que desencadeou uma corrida rumo a região, com a chegada constante de novos garimpeiros, que foram sendo organizados por ele, que determinava o traçado de ruas, locais de construção das choupanas, delimitação das terras devolutas e áreas agricultáveis. Posteriormente, Antônio Cristino Côrtes passou a administrar o povoado de Barra Cuiabana, assumindo, segundo os relatos memorialistas, distintas funções administrativas na localidade:

A sua sonhada cidade, que teria como protetor o Santo Antônio, começa a florir com as primeiras casas construídas, abrindo ruas, marcando quadras, distribuindo lotes, fazendo sacrifícios, às vezes deixando os seus afazeres, quando solicitado. Ali, de balisa em punho, bancando o engenheiro, arquiteto da época, construiu a Avenida que hoje recebe o seu nome. Além daquele mister, era o Juiz, mediador em todas as questões, justiceiro, não regateando para dar suas opiniões; era um destemido à toda prova, sóbrio, seguro dos seus atos, excessivamente elogiáveis. Tinha predileção pelo garimpo¹⁷.

O fundador Antônio Cristino Côrtes determinava as características das casas a serem construídas pelos novos migrantes: as casas deveriam ser de adobe, não poderiam ser feitas nas margens do rio de forma desordenada visto que havia um *croqui* urbanístico para o novo núcleo populacional. O período da fronteira mineradora e de prospecção de diamantes não foi longa na região. Mas, a partir da década de 1930 a região passou a ter novos interesses por parte do governo federal, sobretudo com a instituição do programa Marcha para Oeste¹⁸ e pela implementação de investimentos decorrentes da Fundação Brasil Central (FBC) em 1943¹⁹ Assim, da década de 1940

¹⁶ Joseph, Monachino, “A revision of *Hancoenia* (*Apocynaceae*)” (*Lilloa*, 11,19-48,1945); Rizzo, J.A.; Ferreira, H.D. “*Hancornia* G. no estado de Goiás”. (In: Congresso Nacional de Botânica, 36, 1985, Curitiba, PR. Anais... Brasília: Sociedade Botânica do Brasil, 1990) v.1, p. 363-368.

¹⁷ Valdon Varjão, Barra do Garças: migalhas de sua história (Centro Gráfico do Senado Federal, 1985) p. 35.

¹⁸ A Marcha para Oeste foi um “programa do governo federal [de Getúlio Vargas] para migração e colonização do Oeste brasileiro, com políticas de doação de terras, pacificação indígena, implementação de colônias agrícolas nacionais, entre outras medidas”. Ver: Sandro Dutra e Silva, No oeste a terra e o céu: a expansão da fronteira agrícola no Brasil Central (Rio de Janeiro: Mauad X, 2017): 55.

¹⁹ Zélia dos Santos Diniz, Município de Aragarças. (Cuiabá: Alvcaco, 2016); Zélia dos Santos Diniz, Conhecendo Barra do Garças (Goiânia: Kelps, 1995).

até 1960 a região atuou como base que possibilitou a expansão e os novos interesses econômicos caracterizados pelo surgimento da SUDAM em 1967, e a conseqüente extinção da FBC no mesmo ano. Nas décadas seguintes a região experimenta um avanço do avanço do agronegócio na região e um novo surto desenvolvimentista, sobretudo entre as décadas de 1970 e 1980, influenciado por projetos de colonização sulista, ou gaúcha, como ficou conhecida.²⁰

3. A MIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO GAÚCHA NA EXPANSÃO AGRÍCOLA EM MATO GROSSO

Muitas narrativas de viajantes e exploradores durante o século XIX passaram por essas terras e deixaram registro importantes sobre as características ecológicas e etnográficas do Vale do Araguaia. Mas também foram carregadas de visões estereotípicas da terra e dos seus habitantes. Até mesmo a falta de desconhecimento do Cerrado acabou fortalecendo essas narrativas. A formação geológica entre planaltos e planícies, a sazonalidade climática (com estações bem definidas entre estiagem e período chuvoso, as formas socioeconômicas e mesmo culturais em relação ao manejo do gado, foram descritos com caracterização do atraso. As manifestações culturais também, como os festejos religiosos e a precariedade organizacional em relação ao mundo urbano, ou a urbanizada desleixada da região também apareciam nos relatos dos viajantes. Para muitos, a vida social no Vale do Araguaia era sinônimo de atraso, de credices irracionais e de preguiça. Destacamos o relato de Bartolomé Bossi – que viajou por Mato Grosso em meados do século XIX – que afirmava que em Mato Grosso, “a fome e a miséria são só devidos à preguiça do povo, que ali devia viver na abundância [...]. Lance o governo um olhar de compaixão para aquele povo, e procure lhe dar um remédio eficaz à preguiça, ao contrário terá de vê-lo sempre miserável”²¹.

Logo, as assimetrias sociais, culturais e econômicas encontradas entre as populações do Brasil Central e dos centros de maior desenvolvimento urbano, sobretudo no litoral, foram creditadas ao modelo de ocupação, ao isolamento geográfico, e as formas de lida econômica desenvolvida, caracterizadas como atrasadas. As particularidades regionais e as condições que regiam a vivência daqueles que habitavam essa região foram orientadas pelo *olhar estrangeiro* que acabou por atribuir aos goianos e mato-grossenses juízos de valor depreciativos – decadentes, atrasados, incivilizados.

Nessa perspectiva, os “vazios demográficos” eram vistos como entraves para o crescimento econômico do Brasil, e pode-se dizer que as políticas oficiais de ocupação/valorização do território passaram a compor metas do planejamento estatal. Nesse sentido, podemos considerar que desde o governo Vargas (1930-1945) aos governos militares (1964-1985), a política de modernização do Brasil Central esteve na pauta de integração territorial e desenvolvimento nacional brasileiro.

²⁰José Marcos Pinto da Cunha, “Dinâmica migratória e o processo de ocupação do Centro-Oeste brasileiro: o caso de Mato Grosso”, Revista Brasileira de Estudos de População v. 23, (2006): 87-107.

²¹Lylia da Silva Guedes Galetti, Sertão, fronteira, Brasil: imagens de Mato Grosso no mapa da civilização (Cuiabá: Entrelinhas/EdUFMT, 2012).

Para tanto, as políticas de migração e expansão demográfica estiveram associadas aos projetos de desenvolvimento. Para muitos a “palavra-de-ordem de levar as fronteiras demográficas e econômicas até as fronteiras políticas quase sempre conduzia à convicção de que a ocupação do território dependia do povoamento, e este, por sua vez, da imigração²²”.

A revolução de 1930 reconfigurou a cena econômica do Brasil, de uma sociedade agrário-exportadora a urbana-industrial. As políticas migratórias refletiram esse novo momento, e o Estado substituiu a imigração estrangeira por uma política de colonização, com ênfase na migração populacional brasileira²³. Com os olhos voltados para dentro do país, o governo Vargas procurou meios de promover a ascensão da economia brasileira aos padrões do capitalismo externo. Mas sem depender por completo das forças econômicas e ideológicas estrangeiras o governo Vargas pretendia uma modernização dos padrões econômicos e produtivos do Brasil numa via autônoma para a industrialização nacional, ou seja, uma emancipação econômica nacional²⁴.

Para alcançar tal feito o governo lança o Plano de Integração Nacional Marcha para o Oeste. As pretensões do governo eram integrar o país, promover sua modernização e industrialização atrelando-as aos planos de efetivo povoamento da região Centro-Oeste e Norte, ocupando efetivamente o Brasil e explorando suas riquezas. O Estado passou a utilizar-se do saber técnico e de instrumentos operativos determinados, na racionalização socioespacial do país, fundamentadas em uma política migratória específica²⁵.

O objetivo do governo era organizar uma distribuição da população de modo a descentralizar as migrações usuais oriundas do Norte/Nordeste em direção aos centros urbanos localizados na região Sudeste do país. Assim, numa nova geopolítica migratória propôs a interiorização os “espaços vazios” do Brasil Central. E um dos principais meios de promover essa ocupação foi a criação de colônias agrícolas federais, coordenadas pelo Ministério da Agricultura, e que permitiria a doação de áreas para famílias de origem agrícola comprovada²⁶. E em Mato Grosso, entre os anos de 1940 e 1950, foram implementadas três colônias agrícolas nacionais – Dourados, Taquari-Mirim e Ministro João Alberto – sobre a orientação do governo. Nenhuma delas deu o resultado esperado, no entanto, serviram de inspiração para as empresas de colonização privadas passassem a operar massivamente na região, em função de grandes extensões de terras devolutas ou mesmo baratas para a ocupação agrária.

²² Carlos B. Vainer “Da mobilização para o trabalho à política social—uma reflexão acerca da evolução das políticas de localização da população”, Cadernos IPPUR, v. 3, n. 1, (1986): 9-28.

²³ Josiani Aparecida da Cunha Galvão. “Notas sobre a colonização em Mato Grosso de 1940 a 1980”, en Seminario Internacional de Investigación en Urbanismo, (Barcelona,Buenos Aires: Departament d'Urbanisme i Ordenació del Territori. Universitat Politècnica de Catalunya, 2013): 58-64.

²⁴ Octavio Ianni, Estado e planejamento econômico no Brasil (Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009).

²⁵ Carlos B. Vainer, “Da mobilização para o trabalho à política social—uma reflexão acerca da evolução das políticas de localização da população”, Cadernos IPPUR v. 3, n. 1, (1986): 9-28.

²⁶ Sandro Dutra e Silva, “No Oeste a terra e o céu: a expansão da fronteira agrícola no Brasil Central (Rio de Janeiro: Mauad X, 2017) p.55; Alcir Lenharo, Sacralização da política (Campinas: Papirus, 1986)

Para regular a venda das terras devolutas o governo mato-grossense criou, em 1946, o Departamento de Terras e Colonização (DTC), e em 1946, a Comissão de Planejamento da Produção (CPP), responsáveis por promover a atração dos colonizadores particulares para Mato Grosso²⁷. Esses órgãos passaram por algumas modificações entre 1946 e 1994, mas não alteraram suas diretrizes principais, que eram de facilitar aos empreendimentos colonizadores aquisição de terras no estado. Dessa forma, os órgãos estaduais contornaram uma série de denúncias sobre irregularidades e abusos na concessão de terras a particulares e pessoas públicas no estado. Em uma reportagem publicada pelo jornal *Correio da Manhã*, de 17 de junho de 1960, que apurava os nomes dos beneficiados com concessão de títulos de propriedades das terras devolutas do estado, encontramos a referência ao secretário de Agricultura do estado, do diretor do Departamento de Terras e Colonização, além de deputados e senadores do estado. A reportagem enfatiza ainda, que havia em torno de 500.000 hectares concedidos à representantes de um grupo gaúcho²⁸.

A partir de 1953 um outro projeto associado à expansão da fronteira demográfica e às estratégias governamentais de ocupação e desenvolvimento das regiões Centro-Oeste e Norte foi a criação da Superintendência do Plano de Valorização da Amazônia (SPVEA). A SPVEA, por sua vez, estava em consonância com a delimitação territorial da Amazônia Legal²⁹, que de certa forma impactou também nas configurações orçamentárias que atuavam na região.

A partir de 1964, com o Governo Militar, os incentivos foram destinados para a formação de núcleos fundiários, ocupados por famílias que possuísem alguma renda para pudessem promover o desenvolvimento agrícola na região. No final da década de 1960, com a extinção a Fundação Brasil Central, o governo federal instituiu outras instituições responsáveis pelas políticas de desenvolvimento regional, como a Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), criada em 1966; e a Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste (SUDECO), criada em 1969. A concessão de créditos e incentivos fiscais foram significativos, atraindo um expressivo número de migrantes sulistas para o Mato Grosso. E uma das regiões que mais atraiu essa migração foi Barra do Garças, que graças à sua localizada no paralelo 16º, no início da Amazônia Legal em Mato Grosso, foi área privilegiada pelos incrementos econômicos disponibilizados pelo governo federal.

A década de 1970 foi decisiva para o surto desenvolvimentista em Barra do Garças. Dentre as ações na região, pode-se destacar a atuação das empresas colonizadoras, com destaque para as empresas administradas pelo pastor luterano teuto-brasileiro Norberto Schwantes: a Coopercol Cooperativa 31 de Março, a CONAGRO e COOPERCANA. Segundo relatos autobiográficos de Shwantes, as áreas colonizadas sob sua liderança “somavam aproximadamente meio milhão de

²⁷ Josiani Aparecida da Cunha Galvão. “Notas sobre a colonização em Mato Grosso de 1940 a 1980”, en Seminario Internacional de Investigación en Urbanismo, (Barcelona, Buenos Aires: Departament d'Urbanisme i Ordenació del Territori. Universitat Politècnica de Catalunya, 2013): 58-64.

²⁸ B. Carvalho, “Araguaia-Bananal: ano zero”, *Correio da Manhã*, Ed. 20621, Rio de Janeiro, 17 de junho de 1960

²⁹ De acordo com dados da SUDAM, a região da Amazônia Legal compreende uma área composta pelos estados do Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima, Tocantins e parte do Maranhão (Oeste do meridiano de 44º).

hectares, abrigando mais de mil famílias”³⁰. E os projetos de colonização dirigidos por Schwantes deram origem as diversas cidades em Mato Grosso, cuja origem de colonização era de origem gaúcha, com forte presença ítalo-brasileira/teuto-brasileira, como: Água Boa, Canarana e Nova Xavantina. Também cidades já existentes passaram também a receber importante migração “gaúcha”, como foi o caso de Barra do Garças, que experimentou um fluxo migratório interessante, porém sem a regulamentação típica do formato de cooperativas como as das empresas de Norberto Schwantes. Em resumo, os projetos de colonização do tipo privado, que foram implantados em Mato Grosso, sobretudo a partir da década de 1970, tinha como característica predominante a presença de agricultores originários do sul do Brasil. E essa nova colonização reproduzia em Mato Grosso um padrão sulista de ocupação territorial, cujo modelo associava a fundação de cidades, a venda de lotes rurais e urbanos e a seleção de colonos. Esses, por sua vez, deveriam dispor de capital econômico suficiente e comprovado para participar do empreendimento de colonização³¹.

A política de colonização dos Brasil Central, adotada pelos governos militares tinha, na verdade, a intenção de promover a incorporação desses espaços ao processo de integração capitalista³². Diferente do modelo adotado pelas colônias agrícolas nacionais, que privilegiava o agricultor desprovido de terra e de capital³³, nos governos militares os projetos privados foram muito encorajados. Uma das formas de encorajamento teve como base os incentivos fiscais para compradores que já possuíam algum capital de investimento, destacando “empresários, fazendeiros, banqueiros, especuladores de terra, grileiros, pistoleiros e cooperativas de colonização”³⁴.

No caso específico do Mato Grosso destacamos as cooperativas administradas por Norberto Schwantes e a forma de adaptação dos incentivos a formas do cooperativo. E, nesse processo de incentivo e fomento governamental, o capital simbólico associado ao capital econômico eram importantes para a liberação de recursos e a facilitação de crédito. Schwantes registra esse fato na sua autobiografia, no que ele reporta que precisou adquirir seis aviões para dar agilidade às negociações de compra e venda de terras, na medida em que permitia acesso logístico dos técnicos do INCRA e do Banco do Brasil, que eram órgãos responsáveis pela regulamentação e liberação dos incentivos fiscais concedidos pelo governo³⁵.

³⁰ Norberto Schwantes, *Uma cruz em Terranova* (São Paulo: Scritta Oficina Editorial, 1989):10.

³¹ Josiani Aparecida da Cunha Galvão. “Notas sobre a colonização em Mato Grosso de 1940 a 1980”, en *Seminario Internacional de Investigación en Urbanismo*, (Barcelona, Buenos Aires: Departament d'Urbanisme i Ordenació del Territori. Universitat Politècnica de Catalunya, 2013): 58-64

³² Hilderberto de Souza Ribeiro, *Geopolítica e memória: uma discussão do processo de desenvolvimento* (Jundiaí, Paco Editorial, 2016):96; Hildeberto de Souza Ribeiro, *Políticas territoriais e colonização numa área da Amazônia Oriental* (Jundiaí: Paco Editorial, 2016).

³³ Sandro Dutra e Silva, *No Oeste a terra e o céu: a expansão da fronteira agrícola no Brasil Central* (Rio de Janeiro, Mauad X, 2017): 55.

³⁴ Hilderberto de Souza Ribeiro, *Geopolítica e memória: uma discussão do processo de desenvolvimento* (Jundiaí, Paco Editorial, 2016): 96.

³⁵ Norberto Schwantes, *Uma cruz em Terranova* (São Paulo: Scritta Oficina Editorial, 1989): 131-132.

4. A COLONIZAÇÃO GAÚCHA E OS DISCURSOS DE MODERNIZAÇÃO AGRÍCOLA EM BARRA DO GARÇAS

Os jornais mato-grossenses procuraram relacionar o processo de expansão da fronteira e nova onda migratória gaúcha aos discursos de modernização da agricultura. E ao mesmo tempo, a presença de sulistas reforçaram mudanças culturais na fronteira, na adaptação de novas práticas culturais. Outras plataformas também reforçavam o ideal pioneiro do gaúcho como filmes e documentários. Nesse sentido, destacamos algumas notas da imprensa local e nacional, bem como outros veículos de divulgação, procurando ressaltar a forma como essa relação se estabelecia. Processos de propaganda do nova colonização e incentivo à vinda de agricultores do sul faziam parte do papel dos *boosters*³⁶ do Vale do Araguaia entre as décadas de 1960 e 1970.

A reportagem intitulada “Gaúchos em Mato Grosso vão fazer independência”, publicada no jornal Diário de Notícias, de 2 de junho de 1961, expôs essa nova modalidade de colonização incentivada pelo governo. A matéria utilizava um tom romântico para narrar a saga do imigrante teuto-brasileiro Hermann Meyer – que fez fortuna no Rio Grande do Sul com uma empresa de transportes –, que se mudou com a família para o Mato Grosso, fundando ali uma colônia agrícola, denominada de Colônia Arinos.

A Colônia Arinos se dedicava principalmente ao cultivo da seringueira, e tinha uma área estimada em três mil km². Essa área foi adquirida do governo de Mato Grosso, que também havia se comprometido na implementação da colônia – uma promessa, que, no entanto, não se efetivou. Uma vez que as terras em Mato Grosso foram adquiridas, a família passou a negociar as terras, não apenas para colonos do Sul do Brasil, como nos mostra a publicação do Diário de Notícias. Nessa matéria, por exemplo, trazia a informação de que uma das integrantes da família, Marta Meyer, estava no Rio de Janeiro negociando a venda de loteamentos rurais de terras mato-grossenses. Em uma entrevista publicada nessa mesma reportagem, Marta Meyer esclarecia que a intenção da família com o projeto era o de colonizar as terras, e que a venda de parte das glebas era apenas uma consequência. Ela completa que a intenção não era apenas negociar a venda, mas a era uma venda casada com a obrigação de cultivo agrícola por parte dos compradores. E esse detalhe é muito interessante, e que muito se aproxima do modelo de colonização agrícola das colônias federais da Marcha para o Oeste³⁷.

³⁶ Sobre o papel dos *boosters* no desenvolvimento histórico do oeste dos Estados Unidos, ver: William Cronon, *Nature's Metropolis: Chicago and the Great West* (New York: W. W. Norton & Co., 1991).

³⁷ Sandro Dutra e Silva, *No Oeste a terra e o céu: a expansão da fronteira agrícola no Brasil Central* (Rio de Janeiro, Mauad X, 2017): 55.

Figura 1. Saga da família Meyer



Fonte: Diário de Notícias. Edição 11825, p. 1. Rio de Janeiro, 2 de junho de 1961.

Interessante notar que esse mesmo discurso – proporcionar o acesso à terra a quem quer produzir – foi utilizado por Norberto Schwantes, na promoção de seus projetos de colonização na região de Barra do Garças. As narrativas autobiográficas evocavam que partia de Schwantes (1989) o protagonismo no encorajamento da colonização gaúcha em Mato Grosso, sobretudo em relação ao favorecimento do pequeno produtor. No entanto, outros estudos demonstram que os processos de aquisição de terras do estado de Mato Grosso foram muito lucrativos para aqueles que possuíam capital para investir nesse mercado, e que nem sempre essa prática estava associada ao discurso desse *booster*, ou vinculada ao pequeno colonizador³⁸. Pelo contrário, a organização social das

³⁸ Moacir Palmeira, “Modernização, Estado e questão agrária”, Estudos avançados, v.3, (1989): 87-108; Beatriz Heredia, Moacir Leite y Sergio Pereira Leite, “Sociedade e economia do agronegócio no Brasil”, Revista brasileira de ciências sociais, v.25, (2010): 159-176; Josiani Aparecida da Cunha Galvão. “Notas sobre a colonização em Mato Grosso de 1940 a 1980”, en V Seminario Internacional de Investigación en Urbanismo (Barcelona-Buenos Aires, Departament d’Urbanisme i Ordenació del Territori. Universitat Politècnica de Catalunya, 2013): 58-64; Hilderberto de Souza Ribeiro, Geopolítica e memória: uma discussão do processo de desenvolvimento (Jundiá, Paco Editorial, 2016): 96; Hilderberto de Souza Ribeiro, Políticas territoriais e colonização numa área da Amazônia Oriental (Jundiá: Paco Editorial, 2016).

ciudades que surgiram em decorrência dos processos de colonização evidenciava uma hierarquia social e econômica bem definida: os grandes proprietários, predominantemente migrantes sulistas detinha um acesso maior às terras e à mão-de-obra, geralmente os pequenos produtores.

Um dos fatores para essa forma de dominação, está vinculada a diminuição de crédito ao pequeno proprietário e o favorecimento do grande empreendedor agrícola, detentor de capital e patrimônio. E essa modernização esteve associado ao anseio do governo federal em buscar o desenvolvimento agrícola para a região da Amazônia Legal. Para isso, foi necessário converter a terra em mercadoria, em objeto de desejo dos grandes grupos industriais, do capital internacional e da especulação financeira³⁹.

Segundo Ribeiro (2016a) esse padrão de investimento favoreceu a transformação da grande propriedade fundiária em complexos agroindustriais (CAIs). A absorção dos créditos agrícolas, a mecanização e a implementação de novas técnicas produtivas, resultaram em uma maior cadeia produtiva que conseguia abastecer o mercado nacional e ainda garantir espaço no lucrativo mercado de exportação. Esses fatores favoreceram a consolidação do agronegócio em Mato Grosso e em toda área da Amazônia Legal. A modernização agrícola e novo modelo de ocupação demográfica gerou assimetrias agrárias e socioeconômicas na região, sobretudo a partir do aumentando das disparidades de renda, do êxodo rural, e da exploração da força de trabalho nas atividades agrícolas.

No Vale do Araguaia a expansão capitalista (frentes pioneiras) oportunizou a acumulação espacial aos grandes grupos econômicos e às cooperativas, que depois dividiam a terra em lotes menores e revendiam aos migrantes sulistas⁴⁰. Ao mesmo tempo, essa prática acabou por consolidar as grandes lavouras de monocultura em Barra do Garças (MT). Ao mesmo tempo, os novos agentes da fronteira, personificado no imigrante “gaúcho”, introduziram novos comportamentos (*habitus*) na comunidade local⁴¹. Em Barra do Garças os gaúchos passaram a ser vistos pela comunidade local como agentes da modernização, alterando a maneira de ser e viver no espaço social da cidade. Um exemplo disso, é a consideração do Centro de Tradição Gaúcha (CTG) Sinuelo do Araguaia, como utilidade pública, conforme o Projeto de Lei nº 20/1986 de 30 de junho de 1986.

³⁹ Hilderberto de Souza Ribeiro. Políticas territoriais e colonização numa área da Amazônia Oriental (Jundiá: Paco Editorial, 2016).

⁴⁰ José de Souza Martins, *Fronteira: a degradação do Outro nos confins do humano* (São Paulo: Contexto, 2009).

⁴¹ Pierre Bourdieu. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

Figura 2. Projeto de Lei nº 20/1986 de 30 de junho de 1986

ESTADO DE MATO GROSSO
CÂMARA MUNICIPAL DE BARRA DO GARÇAS,
PLANO DAS DELIBERAÇÕES

PROJETO DE LEI Nº 20/86, DE 30/06/86

DECLARAÇÃO DE UTILIDADE PÚBLICA MUNICIPAL E CRIAÇÃO DO CENTRO DE TRADIÇÕES GAÚCHAS "SINUÉLO DO ARAGUAIA".

O PREFEITO MUNICIPAL DE BARRA DO GARÇAS, ESTADO DE MATO GROSSO, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica declarado de Utilidade Pública Municipal o Centro de Tradições Gaúchas "Sinuelo do Araguaia", com sede na Avenida das Águas Quentes s/nº, nesta cidade.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões da Câmara Municipal de Barra do Garças (MT), 30 de Junho de 1986.

LOURIVAL MOURA DA MATA
Vereador - PMS

Aprovado em Plenária em Sessão de 30/06/86

O CTG Sinuelo do Araguaia foi criado em Barra do Garça em 20 de setembro de 1984, conforme Ata da Assembleia Geral do CTG. Dentre as suas principais atividades estava a de zelar pelas tradições gaúchas (sua cultura e seus costumes). Além de promover e incentivar a preservação da tradição gaúcha na região instalada, bem como expandir essas tradições para outras fronteiras. E esse foi um legado da migração gaúcha na região de Barra do Garças, e que passaram a ser considerados na região como os pioneiros e os promotores do progresso. Pequenos e médios produtores que compraram lotes de terra das grandes empresas colonizadoras como as de Norberto Schwantes que, antes de 1980, foram largamente beneficiadas pelos incentivos do Governo Federal para promoverem a colonização da Amazônia Legal. Após 1980, o Governo Federal adotou uma política de “[...] esferas macroeconômicas mais amplas, como a política cambial, favorável ao interesse do setor exportador e a política de comércio exterior”⁴², redirecionando os interesses e incentivos governamentais do crédito rural para o agronegócio.

⁴² Beatriz Heredia, Moacir Leite, Sergio Pereira Leite, “Sociedade e economia do agronegócio no Brasil”, Revista brasileira de ciências sociais v.25, (2010): 166

Assim, os privilégios fiscais dados pelo Estado e que facilitaram os sulistas a chegarem primeiro às áreas de Mato Grosso acarretaram mudanças sociais significativas, pois os sulistas passaram a serem vistos e viam-se como “os desbravadores do que teria sido até então um “espaço vazio”, ancorados em uma ideologia do “pioneirismo”, em que o Estado desaparece como protagonista”⁴³, ficando a representação do “gaúcho” como um agente da modernização. Ainda de acordo com os autores, a denominação “gaúcha” nesse caso, não cabe apenas àqueles que nasceram no Rio Grande do Sul, mas contempla também os que vieram de Santa Catarina, Paraná e demais estados do Sul. Além disso, “essas classificações servem para agrupar, em dois conjuntos distintos, proprietários rurais e outros agentes sociais ligados ao mundo do agronegócio em oposição a migrantes nordestinos vinculados ao mundo do trabalho”⁴⁴.

O documentário *Os Homens do Presidente* (1984)⁴⁵ – ou “Arroz Amargo” – do diretor Paulo Rufino, relata a saga dos pioneiros no povoamento da região de Barra do Garças e as consequências das promessas não cumpridas do governo João Figueiredo. A atuação de presidente Figueiredo na área agrícola pode ser caracterizada pelo slogan “Planta que o João Garante”, no qual o governo prometia subsídios para os agricultores plantarem, bem como a garantia de compra da produção. No filme é possível compreender a percepção que os migrantes sulistas tinham de si e das terras de Mato Grosso. O vídeo inicia com um depoimento de Norberto Schwantes explicando os motivos de ter iniciado um programa de colonização em Mato Grosso com agricultores experientes, mas sem terras para o cultivo. Assim, a disponibilidade de terras produtivas na região foi uma das bandeiras de seu empreendimento agrícola colonizador implementados na região sob sua liderança. E a narrativa reforça o papel dos migrantes sulistas na promoção do desenvolvimento econômico e da modernização agrícola em Barra do Garças.

O documentário também ressalta um ponto interessante na modernização da agricultura brasileira e a instituição do agronegócio em Mato Grosso que foram as disputas simbólicas pela distinção entre os municípios de Barra do Garças e Aragarças. Esse é um tema muito explorado no que se refere ao papel dos gaúchos na expansão da fronteira agrícola, e da consolidação da figura social do pioneiro gaúcho. Perspectiva esta, defendida pelo barragarcense Valdon Varjão (1985),

⁴³ Beatriz Heredia, Moacir Leite, Sergio Pereira Leite, “Sociedade e economia do agronegócio no Brasil”, *Revista brasileira de ciências sociais* v.25, (2010): 169

⁴⁴ Beatriz Heredia, Moacir Leite, Sergio Pereira Leite, “Sociedade e economia do agronegócio no Brasil”, *Revista brasileira de ciências sociais* v.25, (2010): 171

⁴⁵ O documentário está disponível em <https://vimeo.com/80934527>. Acesso em: 11/01/2020. A sinopse do filme já esclarece as mudanças na concessão dos incentivos fiscais, expondo a fragilidade das relações entre os migrantes e o governo, com a seguinte chamada: “Fatores que levaram ao insucesso o projeto ‘Prioridade Agrícola’, iniciado em 1979. Nessa época, pioneiros que no início de 1970 haviam migrado do Rio Grande do Sul para Barra do Garças, Mato Grosso, estimulados por promessas oficiais, transformaram, em três ou quatro anos, uma extensa área inculta numa produtiva plantação de arroz. Com o passar dos anos, insatisfeitos com o descumprimento das promessas do Governo, a maior parte deles procura novos caminhos. As áreas plantadas diminuem e voltam às mãos dos exportadores de soja e criadores de gado. Inúteis foram os protestos e a Marcha à Brasília, em 1981. Em 1984 aumenta a importação de alimentos e os homens do campo que persistem já não tem o otimismo de quando foram chamados de ‘Homens de Confiança do Presidente.’ Disponível em: <http://bases.cinematoteca.gov.br/cgi-bin/wxis.exe/iah/?IsisScript=iah/iah.xis&base=FILMOGRAFIA&lang=p&nextAction=lnk&exprSearch=ID=026180&format=detailed.pft>. Acesso em 28/02/2019.

que creditou à chegada dos migrantes sulistas, o desenvolvimento da cidade e a efetiva implementação do agronegócio na região, alçando o município como maior produtor de arroz do Centro-Oeste. Esse dado, por mais que possa parecer um elemento de poder simbólico, pode ser compreendido quando analisamos a produção agrícola e uso da terra em Barra do Garças que será discutido no próximo tópico.

5. O PIONEIRO GAÚCHO PERSONAGEM SIMBÓLICO DA MODERNIZAÇÃO DA FRONTEIRA AGRÍCOLA

O pioneiro gaúcho, em termos genéricos, tornou-se um personagem simbólico ligado à modernização da fronteira agrícola não só no Mato Grosso, mas nos Sertões do Brasil de uma forma geral. “O mapa do Rio Grande do Sul tem dois contornos. Um é o traçado oficial, o outro vem sendo feito nas últimas décadas pelos gaúchos que migram na busca do sonho de melhores dias para suas famílias⁴⁶”. Convém pois destacar que, o pioneirismo gaúcho, está diretamente associado às dificuldades de acesso à terra no Sul do país e aparentemente a opção mais viável era migrar para a região dos Cerrados no Brasil Central⁴⁷. A região do Pampa é historicamente um dos territórios mais contestados do Brasil, foi lá que o povo Charrua e Minuano e mesmo os Guaranis aldeados pelos jesuítas resistiram até a morte ao avanço dos estancieiros europeus, o que culminou nas guerras de extermínio promovidas pelas autoridades militares do velho continente⁴⁸. Foi no Pampa que os gaúchos enfrentaram várias disputas políticas pelo controle do território como as Revoluções de 1835, 1893, 1923, 1930 e 1932⁴⁹. E em muitos relatos memorialistas indicam que os perdedores desses conflitos tornavam-se “bandoleiros gaúchos”, e partiam em busca de novas fronteiras, abrindo trilhas no Centro-Oeste do Brasil, como o caso de Selvino Jacques o lendário bandoleiro que após um tiroteio em São Borja - RS, fugiu para o Mato Grosso⁵⁰. Em relação às narrativas memorialistas, a derrota pode estar associada à novas conquistas, pois a batalha pela conquista agrícola dos cerrados brasileiros não foi menos importante. E nessa narrativa, o embate belicoso se fazia com novas armas, como as máquinas agrícolas, a tecnologia e capital. Neste sentido, vale destacar que nem todo pioneiro gaúcho era um desprovido de terras como um cavaleiro errante do Sertões, pois muitos, venderam suas propriedades menores no Sul para comprar propriedades maiores ou agariarem um maior capital para investir no Cerrado⁵¹ ou mesmo que após acumular certo capital no Sul, vislumbraram em Barra do Garças uma oportunidade para ampliar seu capital, como o caso já citado de Herman Meyer, fundador da Colônia Arinos.

⁴⁶ Carlos Wagner, Brasil de bombachas (Porto Alegre; Rimoli, 2011): 22.

⁴⁷ Amélio Dall’agnol, A Embrapa Soja no contexto do desenvolvimento da soja no Brasil: histórico e contribuições (Brasília, DF: Embrapa, 2016).

⁴⁸ Paulo Afonso Zarth y Marcos Gerhardt, “Uma história ambiental do Pampa do Rio Grande do Sul”, em A. Teixeira Filho, (org.), Lavouras da destruição: a (im)posição do consenso (Pelotas: UFPEL; 2009): 249-295.

⁴⁹ José do Patrocínio Motta, República fratricida: revoluções rio-grandenses de 1835-1932 (Martins Livreiro Editor, 1989).

⁵⁰ Carlos Wagner. Brasil de bombachas (Porto Alegre; Rimoli, 2011): 22.

⁵¹ Amélio Dall’agnol, A Embrapa Soja no contexto do desenvolvimento da soja no Brasil: histórico e contribuições (Brasília, DF: Embrapa, 2016).

A partir do século XX os gaúchos se tornaram como “representantes sociais de um amplo projeto envolvendo política públicas de crédito, pesquisa agropecuária, questões de ordem fundiária”⁵² e podemos acrescentar também da *commodity frontier*. O trabalho de Claiton Márcio da Silva, por exemplo, nos apresenta um relato interessante, que apesar se relacionado ao Estado do Tocantins, descreve resumidamente o papel do gaúcho e as etapas distintas das mudanças nas paisagens do bioma pela avanço da fronteira agrária no Cerrado: “primeiro se tirou parte do cerrado para o plantio do arroz, que depois passou a ser pastagem; por fim, veio a soja”⁵³. Conforme descrito, o gaúcho era o representante social de um amplo projeto e que se materializava principalmente em dois programas de desenvolvimento dos Cerrados: o Programa de Redistribuição de Terras e Agroindústria do norte e Nordeste - PROTERRA de 1971⁵⁴ e o Programa de Desenvolvimentos dos Cerrados - POLOCENTRO de 1975⁵⁵.

Tanto o PROTERRA que viabilizou a redistribuição de terras quanto o POLOCENTRO que viabilizou os investimentos foram fundamentais para o desenvolvimento agrônômico do Mato Grosso na década de 1970⁵⁶. Com relação especificamente ao caso de Barra do Garças, conforme verifica-se na figura 3, que ilustra os levantamentos realizados no âmbito da Produção Agrícola Municipal (PAM) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a principal cultura agrícola em Barra do Garças entre 1974 e 1990 era o arroz. Aqui aplica-se o que ocorreu no relato citado anteriormente referente ao caso do papel do gaúcho na fronteira agrícola no Tocantins de que inicialmente a cultura do arroz foi o principal produto agrícola da fronteira gaúcha no Brasil Central. Entre 1974 e 1980 houve um *boom* em termos de expansão da área colhida em hectares no município. Os resultados da pesquisa apontaram que em 1974 foram colhidos 8.000 hectares de arroz e em 1980 chegaram a 235.832 hectares, ou seja, o incremento de novas áreas à cultura expandiu quase 300 vezes no período. A maior área colhida de arroz observada em toda a série foi em 1981 com 236.884 hectares, e já no ano seguinte observou-se uma queda espantosa para 32.640 hectares, ou seja, uma redução de 204.244 hectares de área colhida.

⁵² Claiton Márcio da Silva, “Entre Fênix e Ceres: A grande aceleração e a fronteira agrícola no Cerrado”, *Varia História*, v. 34, (2018): 409-444.

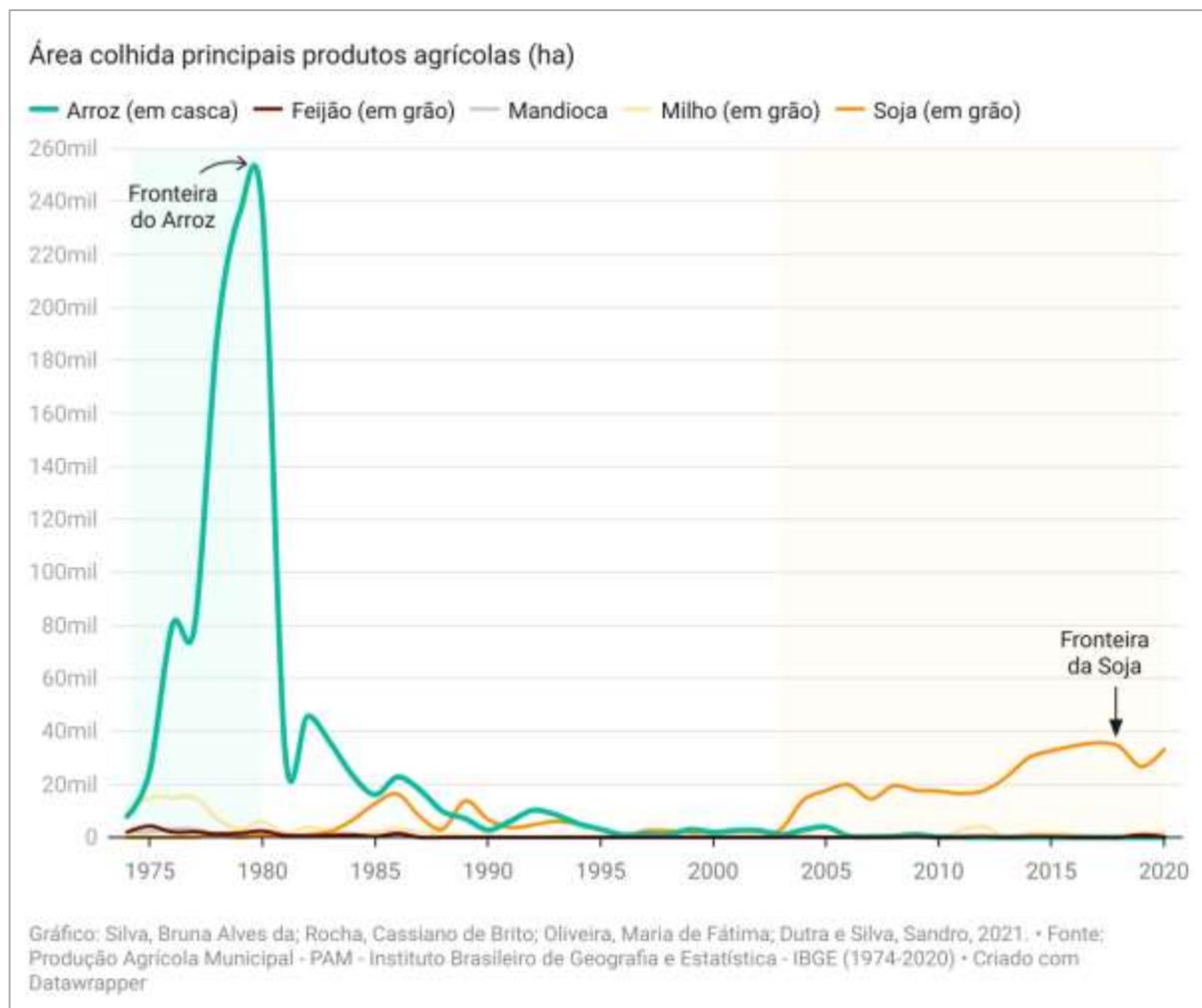
⁵³ Claiton Márcio da Silva, “Entre Fênix e Ceres: A grande aceleração e a fronteira agrícola no Cerrado”, *Varia História*, v. 34, (2018): 431

⁵⁴ Brasil, 7, “Câmara dos Deputados.”
https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=E5B8539FA3884238213D718A331913EF.proposicoesWebExterno2?codteor=1168884&filename=Dossie+-PL+731/1983

⁵⁵ Governo do Brasil, “Decreto nº 75.320, de 29 de Janeiro de 1975 - Publicação Original.” 29 jan. 1975, <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto-75320-29-janeiro-1975-423871-publicacaooriginal-1-pe.html>

⁵⁶ Gerd Kohlhepp y Markus Blumenschein, “Brasileiros sulistas como atores da transformação rural no Centro-oeste brasileiro: o caso de Mato Grosso”, *Território*, v. 5, n. 8, (2000): 47-66.

Figura 3. Fronteira agrícola em Barra do Garças – principais produtos (1974-2020)

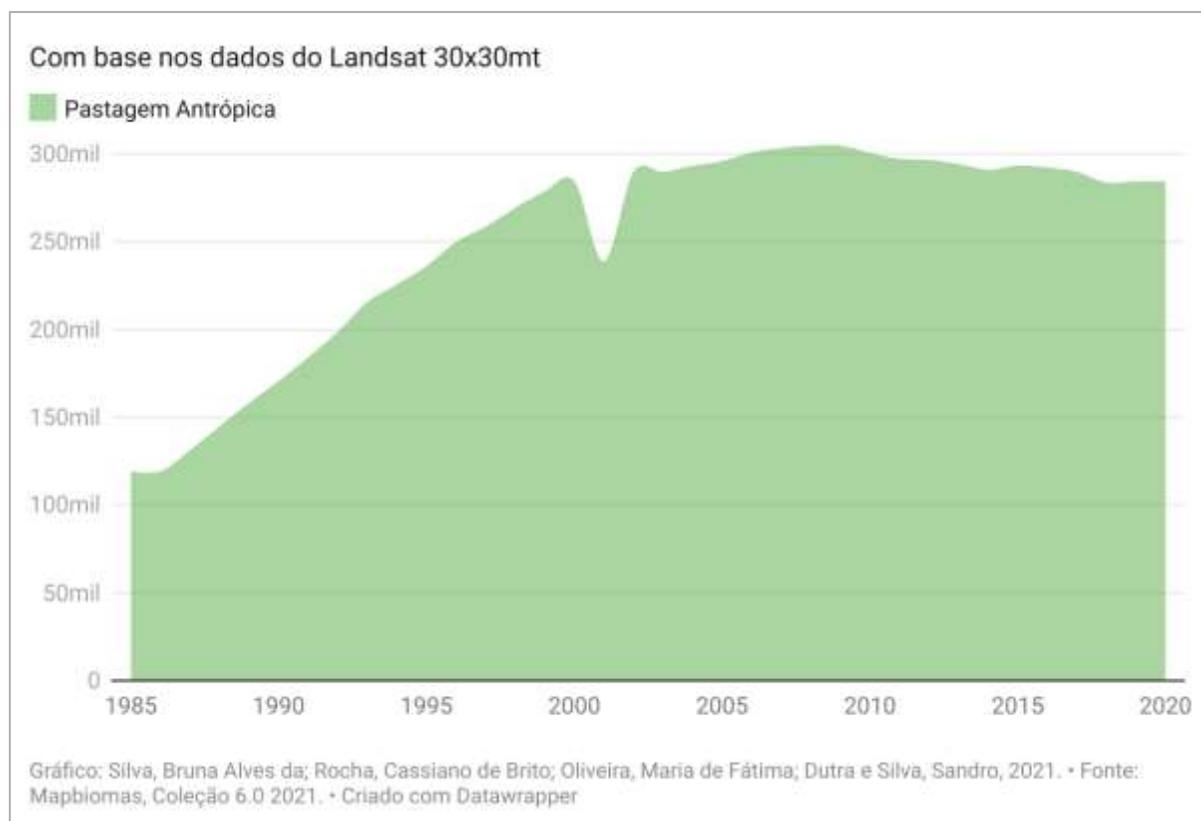


É importante observar que após esta queda observada em 1982 a cultura do arroz não conseguiu reerguer-se e retomar a importância que tinha. Isso porque, logo em seguida as culturas do grão foram substituídas pelas pastagens, no avanço da fronteira agropecuária. Para verificar este cenário, esta pesquisa utilizou a base de dados disponibilizada pelo Mapbiomas⁵⁷. A plataforma utiliza algoritmos computacionais para gerar mapas de cobertura e uso do solo, bem como mapas de transição/mudança de uso em séries históricas de imagens de satélite Landsat 30x30mt com processamento em nuvem mosaicos do Landsat disponíveis gratuitamente no Google Earth Engine, que conta com uma série temporal de mais de 30 anos, calcula os índices e frações espectrais para cada observação do satélite e gera um mosaico representativo de 1 ano. Apesar de não apresentar dados anteriores à 1985 por ser anterior às imagens do Landstat a figura 4 ilustra o segundo momento da fronteira gaúcha no processo de modernização agrícola protagonizado no Brasil

⁵⁷ Mapbiomas, <https://mapbiomas.org/estatisticas>

Central. De acordo com os dados havia em 1985 cerca de 119.306,80 hectares de pastagem e em 2004 esse número passou para 293.235,15 hectares. A área de pastagem mais que dobrou neste período. Em 2020 a área de pastagem registrada em Barra do Garças foi estimada em 284.356,44 hectares.

Figura 4: Expansão da pastagem em Barra do Garças 1985-2020



É interessante observar que a área de pastagem expandiu rapidamente até por volta de 2004 onde alcança uma relativa estabilidade. Esse cenário, no entanto, descreve o terceiro estágio da fronteira gaúcha, no qual entra em cena o papel da soja. Em 2003 a área colhida de soja com base nos resultados estimados pela Produção Agrícola Municipal do IBGE foi de 3.000 hectares. Em 2014 a área teve um incremento, atingindo o índice de 14.103 hectares, aumentando em 11.103 hectares apenas de um ano para o outro. Até 2020 a área alcançou 33.129,00 hectares. Entre 2014 e 2020 a área colhida de soja aumentou 19.026,00 hectares em Barra do Garças. Apesar da área colhida de soja ser 251.227,44 hectares menor que a área de pastagem antropizada em 2020, sistemicamente, os dados auxiliam na demonstração das transformações quanto ao uso do solo em Barra do Garças orquestrada em três grandes atos na fronteira agrícola por este personagem emblemático chamado genericamente de gaúcho: o arroz, a pastagem/gado e a soja.

6. O PIONEIRO GAÚCHO PERSONAGEM DA MODERNIZAÇÃO URBANA

Os relatos memorialistas também destacam o papel dos gaúchos na modernização urbana, não apenas rural, sendo estes responsáveis pela constituição de uma nova mentalidade em Barra do Garças⁵⁸. Os relatos memorialistas reforçam o papel dos gaúchos na constituição de um novo *ethos* na região, caracterizando-os como agentes da civilização e propagadores do sucesso econômico, pois tinham como base cultural o trabalho e as melhores tecnologias que os faziam prosperar⁵⁹. Esses discursos acabaram influenciando nas escolhas identitárias e representativas de Barra do Garças, constituindo o que o sociólogo francês Pierre Bourdieu considerou como o “poder simbólico”⁶⁰. Seus gestores buscaram utilizar essas características para promoverem a cidade como progressista nas escolhas econômicas. O memorialista Varjão (1985), chegou a ser prefeito de Barra do Garças por duas vezes e considerava que o município conseguiu se destacar no desenvolvimento mato-grossense por influência da modernização sulista na região. Já a visão memorialista de Schwantes (1989), reforça que as migrações sulistas imprimiram transformações positivas nas relações econômicas e sociais em Barra do Garças, considerando que a colonização modificou o comércio e modernizou as vias urbanas da cidade. Esse memorialista utiliza um dado tributário para comprovar seus argumentos, afirmando que em 1977 a arrecadação de impostos estaduais que teriam aumentado em 204%, e que isso era fruto do avanço migratório na região. E esse aumento de recursos financeiros foram fundamentais para melhorias na infraestrutura viária, facilitando o escoamento da produção de arroz da região. Schwantes (1989), reforça o papel da modernização agrícola na modernização, comparando os seus efeitos na melhoria socioeconômica da região. Para ele não era apenas o modelo de ocupação (garimpeiros/pecuaristas), mas também um novo imigrante (o gaúcho), que trazia a civilidade. Para ele os garimpeiros eram grupos sociais que nem se preocupavam com a sua própria qualidade de vida, e como, portanto, iriam se preocupar com qualidade de vida da coletividade. Os boiadeiros, também, pouco se interessavam com as melhorias viárias, uma vez que o gado se deslocava para o matadouro. O agricultor gaúcho, por sua vez, se preocupava tanto com as questões urbanas e os processos associativos (os CTG como exemplo), bem como na modernização das práticas agrícolas e a infraestrutura logísticas.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

No século XX, a noção de progresso baseada no aspecto modernizante no município, se deu a partir dos planos desenvolvimentistas incorporados pelo Estado brasileiro a partir do Governo Vargas (1930-1945). É importante considerar que na fase inicial de reconhecimento territorial do Mato Grosso e a pacificação indígena tiveram como destaque a Expedição Roncador/Xingu e as políticas implementadas pela Fundação Brasil Central entre 1940 e 1960, que enaltecia a conquista

⁵⁸ Valdon Varjão, Barra do Garças: migalhas de sua história (Centro Gráfico do Senado Federal, 1985).

⁵⁹ Valdon Varjão, Barra do Garças: migalhas de sua história (Centro Gráfico do Senado Federal, 1985); Noberto Schwantes, Uma cruz em Terranova (São Paulo: Scritta Oficina Editorial, 1989)

⁶⁰ Pierre Bourdieu, O poder simbólico (Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998).

do *hinterland*. Também foram implementadas iniciativas locais como a criação do Departamento de Terras e Colonização - DTC em 1946 e a Comissão de Planejamento da Produção – CPP, para regular a venda de terras devolutas e atração de colonizadores particulares para o Mato Grosso. O Governo do presidente Getúlio Vargas endossou esta conquista do Oeste Brasileiro, considerado como “espaços vazios”, que seriam ocupados e modernizados no âmbito da “Marcha para o Oeste”. Em 1953 foi criado outro projeto para continuidade à ocupação dos “espaços vazios” por meio da Superintendência do Plano de Valorização da Amazônia – SPVEA. Estas primeiras medidas, que em suma, visavam superar o problema de baixa demografia pode ser entendido no contexto da “frente de expansão”, como um movimento que antecede a ocupação decorrente da expansão do capital. Com o Plano de Metas implementado por Juscelino Kubitschek (1956-1961) a região do Vale do Araguaia foi objeto de altos investimentos ligados à Colonização da Amazônia Legal no âmbito da incorporação agrícola do Cerrado.

Os interesses desenvolvimentistas na região garantiram a continuidade dos investimentos em vislumbre da expansão da fronteira agrícola no Vale do Araguaia. Foram criados incentivos fiscais concedidos pela Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM para instalação de projetos agropecuários a partir de 1967 e a Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste – SUDECO em 1969. A década de 1970 foi decisiva para o surto desenvolvimentista em Barra do Garças, e nesse momento é que a figura do imigrante gaúcho começa a ter uma representação simbólica e cultura em Barra do Garças, relacionando esse ator social aos processos de modernização agrícola. Diferentes fatores favoreceram a migração de agricultores do Sul do Brasil para o Cerrado, e Barra do Garças foi uma das regiões escolhidas, tanto pelos colonos, quanto aparentemente pelos promotores da colonização. Destaca-se o pioneirismo dos *boosters* do Vale do Araguaia, personagens chave como o pastor luterano teuto-brasileiro Norberto Schwantes: a Coopercol – Cooperativa 31 de Março, a CONAGRO e a COOPERCANA, o imigrante teuto-brasileiro Hermann Meyer, que após fazer fortuna no Rio Grande do Sul fundou um colônia agrícola em Barra Garças chamada Colônia Arinos. O projeto de colonização rapidamente logrou sucesso, ao ponto da criação do Centro de Tradição Gaúcha (CTG) Sinuelo do Araguaia, como utilidade pública, conforme o Projeto de Lei nº 20/1986 de 30 de junho de 1986.

Se no século XVII a figura do bandeirante representava a noção de progresso transformando a cultura e natureza local, no século XX este papel é assumido pelo pioneiro gaúcho que rapidamente transformou natureza a cultura local de foram orquestrada com o apoio do Estado em três grandes atos, ou fronteiras: primeiro veio o arroz 1970-1980, depois veio a pastagem 1980-2004 e por fim veio a soja 2005-2020.

8. AGRADECIMENTOS

Os pesquisadores agradecem o apoio da Universidade Estadual de Goiás por meio do apoio à pesquisa institucional. E Sandro Dutra e Silva agradece ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico pela bolsa de produtividade em pesquisa CNPq 2.

9. REFERENCIAS

Fontes primárias

Brasil (1975) "Decreto nº 75.320, de 29 de Janeiro de 1975 - Publicação Original." 29 jan.. 1975, <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto-75320-29-janeiro-1975-423871-publicacaooriginal-1-pe.html>.

Brasil (1983) "7 • - Câmara dos Deputados." https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=E5B8539FA3884238213D718A331913EF.proposicoesWebExterno2?codteor=1168884&filename=Dossie+-PL+731/1983.

Estado do Mato Grosso. Câmara Municipal de Barra do Garças. Projeto de Lei nº 20/1986 de 30 de junho de 1986

Diário de Notícias. Edição 11825, p. 1. Rio de Janeiro, 2 de junho de 1961.

Documentário "Os homens do Presidente" ou "Plante que o João garante; Arroz; Soja; Gado; Tenente Portela – RS" (1984). Disponível em <<https://vimeo.com/80934527>>, sinopse disponível em <<http://bases.cinemateca.gov.br/cgi-bin/wxis.exe/iah/?IsisScript=iah/iah.xis&base=FILMOGRAFIA&lang=p&nextAction=lnk&exprSearch=ID=026180&format=detailed.pft>>

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE "Produção Agrícola Municipal – 1974-2020", disponível em <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/agricultura-e-pecuaria/9117-producao-agricola-municipal-culturas-temporarias-e-permanentes.html?=&t=o-que-e>>

Mapbiomas, disponível em <<https://mapbiomas.org/estatisticas>>

Fontes secundárias

Arruda, Chaves Eudes Roberto de. 1993. Hino da Cidade de Barra de Garças. Eu Amo Barra, 1993. <https://www.barradogarcas.mt.leg.br/leis/decretos/decretos-1993/decreto-1-554-1-993.pdf>

Bourdieu, Pierre. O poder simbólico. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

Carvalho, B. 1960. Araguaia-Bananal: ano zero. Correio da Manhã. Rio de Janeiro, 17 de junho.

Cronon, William. Nature's Metropolis: Chicago and the Great West. New York: W. W. Norton & Co., 1991

- Cunha, José Marcos Pinto da. 2006. Dinâmica migratória e o processo de ocupação do Centro-Oeste brasileiro: o caso de Mato Grosso. *Revista Brasileira de Estudos de População*, v.23, 87-107.
- Cunha, Sarah Tavares Corrêa. 2006. No Vale do Araguaia Mato-grossense: uma análise do mercado imobiliário em Barra do Garças no período de 1950-1975. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Economia. Unesp, Araraquara.
- Dall’agnol, Amélio. 2016. A Embrapa Soja no contexto do desenvolvimento da soja no Brasil: histórico e contribuições. Brasília, DF: Embrapa.
- Dutra e Silva, Sandro. 2017. No Oeste a terra e o céu: a expansão da fronteira agrícola no Brasil Central. Rio de Janeiro: Mauad X
- Dutra e Silva, Sandro. 2020. Challenging the Environmental History of the Cerrado: Science, Biodiversity and Politics on the Brazilian Agricultural Frontier. *Historia Ambiental Latinoamericana y Caribeña (HALAC)*, 10(1), 82-116. <https://doi.org/10.32991/2237-2717.2020v10i1.p82-116>
- Diniz, Zélia dos Santos. 2016. Município de Aragarças. Cuiabá: Alvcaco
- Diniz, Zélia dos Santos. 1995. Conhecendo Barra do Garças. Goiânia: Kelps.
- Hennessy, Alistair. 1978. *The Frontier in Latin American History*. Albuquerque: University of New Mexico Press.
- Ferreira, João Carlos Vicente. 2001. Mato Grosso e seus municípios”. Cuiabá, Editora Buriti.
- Bertran, Paulo. 1988. Uma introdução à história econômica do Centro-Oeste do Brasil. Goiânia, CODEPLAN, UCG.
- França, Basileu Toledo. 1994. O triângulo dos diamantes: a região do rio das Garças e a luta armada de Morbeck e Carvalhinho em 1925. Goiania: Editora UFG
- Galetti, Lylia da Silva Guedes. 2012. Sertão, fronteira, Brasil: imagens de Mato Grosso no mapa da civilização. Cuiabá: Entrelinhas/EdUFMT.
- Galvão, Josiani Aparecida da Cunha. 2013. Notas sobre a colonização em Mato Grosso de 1940 a 1980”. V Seminario Internacional de Investigación en Urbanismo. Barcelona-Buenos Aires: Departament d’Urbanisme i Ordenació del Territori. Universitat Politècnica de Catalunya, 58-64.
- Guimarães Neto y Regina Beatriz. 2006. Cidades de mineração: memória e práticas culturais: Mato Grosso na primeira metade do século XX. Cuiabá: Carline & Caniato/Ed. UFMT.

- Heredia, Beatriz et. al. 2010. Sociedade e economia do agronegócio no Brasil. Revista brasileira de ciências sociais, v.25, 166.
- Ianni, Octavio. 2009. Estado e planejamento econômico no Brasil. Rio de Janeiro: Editora UFRJ.
- Kohlhepp, Gerd y Blumenschein, Markus. 2000. Brasileiros sulistas como atores da transformação rural no Centro-oeste brasileiro: o caso de Mato Grosso. Território, v. 5, n. 8, 47-66.
- Martins, José de Souza. 2009. Fronteira: a degradação do Outro nos confins do humano. São Paulo: Contexto.
- Monachino, Joseph. 1945. A revision of Hancoenia (Apocynaceae). Lilloa, 11,19-48
- Motta, José do Patrocínio. 1989. República fratricida: revoluções rio-grandenses de 1835-1932. São Paulo: Martins Livreiro Editor.
- Oliveira, Maria de Fátima y Silva, Bruna Alves da Silva. 2020. As disputas simbólicas entre Aragarças (GO) e Barra do Garças (MT) no contexto da Marcha para o Oeste. Revista de História Regional, v. 25 n. 1, 166-186
- Palmeira, Moacir. 1989. Modernização, Estado e questão agrária. Estudos avançados, v.3, 87-108;
- Ribeiro, Hilderberto de Souza. 2016. Geopolítica e memória: uma discussão do processo de desenvolvimento. Jundiaí, Paco Editorial
- Ribeiro, Hilderberto de Souza. 2016. Políticas territoriais e colonização numa área da Amazônia Oriental. Jundiaí: Paco Editorial
- Rizzo, J.A. y Ferreira, H.D. 1990. Hancornia G. no estado de Goiás. Congresso Nacional de Botânica, 36, 1985, Curitiba, PR. Anais. Brasília: Sociedade Botânica do Brasil, v.1, 363-368.
- Schwantes, Noberto. 1989. Uma cruz em Terranova. São Paulo: Scritta Oficina Editorial
- Sick, Hemult. 1997. Ornitologia Brasileira. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira.
- Silva, Bruna Alves da y Oliveira, Maria de Fátima Oliveira. 2018. Ser (Tão) Imaginado: História e Natureza na Ocupação da Região de Aragarças (GO)/Barra do Garças (MT). Historia Ambiental Latinoamericana y Caribeña (HALAC), 8(2), 73-90.
- Silva, Claiton Márcio da. 2018. Entre Fênix e Ceres: A grande aceleração e a fronteira agrícola no Cerrado. Varia História, v. 34, 409-444.

Vainer, Carlos B. 1986. Da mobilização para o trabalho à política social—uma reflexão acerca da evolução das políticas de localização da população. Cadernos IPPUR, v. 3, n. 1, 9-28.

Varjão, Valdon. 1985. Barra do Garças: migalhas de sua história. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal

Villas-Bôas, Orlando y Claudio Villas-Bôas. 2012. A marcha para o oeste: a epopeia da expedição Roncador-Xingu. São Paulo: Companhia das Letras

Zarth, Paulo Afonso y Marcos Gerhardt. 2009. Uma história ambiental do Pampa do Rio Grande do Sul. En Lavouras da destruição: a (im)posição do consenso. A. Teixeira Filho, (org.). Pelotas: UFPEL.